

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Em defesa da transição

O desfecho da reforma ministerial veio evidenciar, de forma definitiva, o esgotamento, o fracasso e a nulidade de toda uma administração. Incapaz de apresentar outro objetivo além da simples continuidade de seu mandato; perdido no anúncio de mudanças e iniciativas que não lhe disfarçam a inépcia, a pusilanimidade e o intuito fisiológico; submisso a uma composição de forças a quem não representa e da qual não se sabe afastar; fantasioso pelos propósitos que proclama e desacreditado pelos programas que a sua própria incompetência frustra, o governo Sarney é hoje a imagem da derrota e da omissão.

A crise de poder e de credibilidade que se instaurou no Executivo deriva, em boa parte, do triste ensaio de maquiavelismo de quem, rompendo com a palavra empenhada, renegou o compromisso público de restringir a quatro anos a duração de seu mandato. Todas as prioridades administrativas, todos os esforços de contenção do processo inflacionário, todas as exigências de assegurar-se a autonomia do Congresso constituinte, se dissolvem nas manobras do desespero, do continuísmo e da fisiologia; dissolvem-se também o significado e a respeitabilidade de um governo.

O quadro de profundo desgaste político e de inquietações generalizadas quanto ao futuro do país tem levado alguns setores da opinião pública a preconizar uma irresponsável aventura institucional. Sem declinar diretamente uma preferência pelo intervencionismo militar, jogam com a dissolução do Congresso, com a interrupção do mandato de representantes eleitos diretamente, com a ameaça do caos social. Parece movê-los a secreta esperança de que as decisões da Comissão de Sistematização sejam as piores possíveis e de que o plenário do Congresso não as modifique, dando pretextos para uma alteração radical nas regras do jogo. Um golpismo — de âmbito civil

por enquanto, mas golpismo de qualquer modo — agita-se nos meios conservadores; constitui uma das mais graves iniciativas contra a transição política desde que esta, com o apoio majoritário da população, iniciou-se no Brasil.

Importa preservar, acelerando-o, o processo de democratização. Não está nos absurdos do Congresso constituinte, por mais lamentáveis que sejam, o empecilho para que este se complete. Equivocadamente ou não — e nas circunstâncias que se conhecem — os parlamentares encarregados de elaborar a nova Carta foram, de qualquer modo, eleitos pelo voto direto da população. Se o resultado dos trabalhos constituintes tem sido, até aqui, motivo de alarme; se prenuncia um período de dificuldades econômicas permanentes; se revela a demagogia e a irresponsabilidade de muitos membros da Comissão de Sistematização, cabe desenvolver um amplo esforço político e ideológico no sentido de modificá-lo, de acordo com as regras acertadas previamente. Em qualquer hipótese, a nova Constituição não deixará entretanto de refletir o estágio de cultura democrática em que está situada a sociedade brasileira.

Medidas pseudo-salvacionistas, inventadas pelos setores mais retrógrados da sociedade, são um claro convite ao tumulto e ao retrocesso. Cumpre completar a transição, não reinventá-la com sofismas jurídicos e agitações conservadoras. Este processo teve uma cronologia consensualmente definida pela sociedade brasileira. Exige as eleições diretas para presidente em novembro de 88. Pressupõe rapidez e eficiência na elaboração da nova Carta. Não pode abrir-se para nova fase de incertezas institucionais. Condena a turbulência e a ruptura. Repudia, com máxima ênfase, os intuítos de desestabilização dos reacionários, dos golpistas e dos aventureiros que se arrogam em redentores da pátria.